MPV 1085 00290



ETIQUETA		

03/02/2022	MEDIDA	A PROVISÓRIA I	oposição Nº 1.085/2021	
DEPU	Aut TADO MARCO E		SD/SP	nº do prontuário
1. 🗌 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4 X Aditiva	5. 🗌 Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 da Medida Provisória nº 1.085/2021 para a vigorar acrescido da seguinte redação:

Art. 11. A	\ Lei nº	6.015,	de	1973,	passa	а	vigorar	com	as	seguintes
alterações	S :									

"Art.	1°	 							

- §2º Os demais registros reger-se-ão por leis próprias, respeitado o seguinte:
- I a competência exclusiva dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para registro de contratos de garantias em operações financeiras, nos termos do art. 129 B do Código de Trânsito Brasileiro e §1º, art. 1.361 do Código Civil;
- II a competência exclusiva de entidades registradoras e depositários centrais em relação aos ativos financeiros e valores mobiliários reservada pela Lei nº 12.810/2013;
- III outras hipóteses de registro sujeitas a legislação especial;" (NR)

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 1085/2021 tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento do ambiente de negócios no País, por meio da modernização dos registros públicos, desburocratização dos serviços registrais e centralização nacional das informações e garantias, com consequente redução de custos e de





prazos e maior facilidade para a consulta de informações registrais e envio de documentação para registro.

As alterações promovidas no artigo 130 da Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) aboliu a necessidade de registro, dos atos enumerados nos artigos 127 a 129 da mesma Lei, no domicílio de todos os contratantes, fazendo-se necessário agora o registro em apenas uma localidade.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão do texto acima, de modo a abranger situações tratadas por legislação especial.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR UF PARTIDO							
	Deputado Marco Bertaiolli	SP	PSD					
DATA	ASSINATU	JRA						



